



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES E
DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA
ESCOLA**

FABIO BRAZIER

BELO HORIZONTE

2015

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES E
DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA
ESCOLA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Ana Paula da Silva Rodrigues, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fábio Brazier

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof^a. Joyce Rodrigues Silva Gonçalves – Avaliadora

Prof^a. Ana Paula da Silva Rodrigues – Orientadora

Fábio Brazier – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que é o autor e consumidor da vida, que sustenta minha vida e faz-me prevalecer e faz de sonhos impossíveis realidades vividas. Também a minha esposa, Tatiane pelo apoio incondicional, pela compreensão em minhas ausências nos momentos de estudo, a minha fiel escudeira Cindy, companheira das “madrugadas pedagógicas”, aos meus pais que embora não tenham estudado sempre ensinaram o valor do conhecimento, aos professores, tutores e coordenadores da escola de Gestores da UFMG, pelo apoio durante esta jornada, enfim a todos que não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

"Um dia virá em que só se terá um único pensamento: A EDUCAÇÃO." Nietzsche

"Não tenho um caminho novo. O que eu tenho de novo é um jeito de caminhar". Thiago de Melo

RESUMO

A partir da análise do processo de formação continuada, o trabalho discute as contribuições, implicações e relações entre a teoria e a prática através da política de formação continuada e a consolidação da gestão democrática dentro de uma sociedade em constante mudança e que requer da escola uma permanente revisão de suas práticas e ações em seu interior. A abordagem questiona e discute o papel do professor que precisa ser sujeito da construção dos seus conhecimentos e para isso, tem que analisar o próprio trabalho realizado, de modo que possa atuar incessantemente na direção de uma educação de qualidade e conseqüentemente, também alcançando a gestão democrática da escola pública. Desse modo o conceito de gestão democrática da escola passa a ser concebido sob a ótica da participação e socialização das ideias, bem como a partir da compreensão da necessidade do saber, do conhecer, que se constrói através dos processos de formação.

Palavras chave: Gestão Democrática, Educação, Formação Continuada.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 07 |
| 1. GESTÃO ESCOLAR E DEMOCRÁCIA: ENTRE A TEORIA E PRÁTICA | 09 |
| 2. FORMAÇÃO CONTINUADA: IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA .. | 13 |
| 2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA: A BUSCA POR UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO | 17 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 20 |
| REFERÊNCIAS | 21 |
| ANEXO (Projeto Político Pedagógico) | 23 |

INTRODUÇÃO

Enquanto instituição social, a escola exerce vários papéis na sociedade, dentre eles destaca-se a função de formação do cidadão e do profissional do futuro. Nesse sentido, o ensino, a aprendizagem e a construção de novos saberes ganham papel de destaque no cenário pedagógico.

Na atualidade, é inquestionável o grande avanço das tecnologias em todos os campos do saber, a rapidez com que uma informação se propaga, a facilidade de acesso a informações em todo o mundo e a todo momento, o que torna possível falar em uma “sociedade da informação”. Diante de tudo isso, a escola não pode estar alheia a tantas mudanças, pelo contrário precisa se preparar para lidar com elas e concebê-las como naturais, frente às novas demandas impostas pelo mundo.

Como reação natural de toda mudança, a escola, também através de seus educadores e gestores, busca adaptar-se às novas demandas e exigências sociais, ficando a cargo dos gestores a condução da gestão escolar de forma participativa e colaborativa, buscando o envolvimento de todos os segmentos: pais, professores e comunidade em geral.

Dessa maneira, apresenta-se a Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, que atende atualmente o Ensino Fundamental e o projeto “Educação em Tempo Integral”, funcionando nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados e 28 turmas.

Historicamente, o Grupo Escolar José Bonifácio, foi criado pelo decreto Nº 5.046 de 31 de julho de 1918, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 01 de agosto de 1918 e Lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953, foi instalado em 01 de fevereiro de 1928, funcionando em prédio do Estado. A denominação da escola foi alterada com a Resolução Nº 810/74, passando de “Grupo Escolar José Bonifácio”, para “Escola Estadual José Bonifácio”. Com a Resolução Nº 9581/98, de 30/12/98, pág. 2, col.1, do Diário Oficial de Minas Gerais foi autorizada a extensão de séries e o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental a partir de 1999.

A escola dispõe de serviços e espaços pedagógicos complementares, dentre os quais a biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala ecológica, sala ambiental, sala de recursos e sala multimeios, que, aliados aos

projetos interdisciplinares e ações sociais, culturais, políticas e esportivas, enriquecem e dinamizam a prática pedagógica, motivam os alunos e ampliam a participação da família.

Ao analisar o contexto real da escola, através de seu Projeto Político Pedagógico, ficou evidente que ela, historicamente, representa um bem cultural da comunidade na qual está inserida, sendo estruturalmente bem equipada para o atendimento a sua clientela. Porém há a necessidade de se contemplar a construção efetiva da gestão democrática através do processo de formação continuada dos professores, concebido como uma ferramenta articuladora do processo de construção da gestão democrática, pois os professores são os responsáveis pela formação para a cidadania, portanto, precisam acompanhar essas mudanças, que conseqüentemente refletirão em suas práticas.

Sendo assim, serão discutidos neste trabalho, cujo objetivo central é realizar estudos teóricos e refletir sobre o papel da formação continuada na consolidação da gestão democrática, o poder da liderança do gestor no âmbito educacional e as transformações necessárias à gestão democrática, concebendo que o professor, enquanto educador, precisa conscientizar-se de que o processo de formação deverá estar presente ao longo de toda vida profissional, o que o tornará capaz de enriquecer a sua prática e propiciar mudanças significativas no processo de gestão democrática da escola.

1. GESTÃO ESCOLAR E DEMOCRÁCIA: ENTRE A TEORIA E PRÁTICA

A história da educação brasileira é marcada por uma trajetória de políticas educacionais centralizadoras e autoritárias, permeada por questões antidemocráticas e ideológicas que inviabilizaram a implantação de uma escola independente, capaz de agir democraticamente, projetada para a liberdade e para a autonomia.

A educação, concebida como uma ferramenta emancipatória, parte da premissa de ser um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a gestão da educação está diretamente ligada à ideia de democracia. Porém o fato de se nomear a educação como um direito não garante nem sua oferta, nem sua qualidade. Surge desse aspecto a necessidade da busca deste direito para todos os brasileiros e a importância das políticas educacionais implantadas e praticadas nas escolas, bem como de uma concepção político-pedagógica consciente.

A concepção de gestão democrática tem embasamento legal na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996 Art. 3º, inciso VIII – gestão democrática do ensino público, bem como nas legislações dos sistemas de ensino.

Furtado (2005), explica que a inserção desse princípio na Lei justifica-se pelo fato de que o Brasil, no final da década de 80, passava por um processo de transição entre os governos ditatoriais e as novas propostas democráticas.

O caráter autoritário e centralizador do Estado brasileiro durante o regime militar (1964 – 1985) passou a ser questionado por setores progressistas que reivindicavam a implantação de procedimentos mais transparentes e de maior participação no controle público: na verdade era a gestão do próprio estado que estava em pauta. Os partidos de oposição ao regime militar, que disputaram as eleições de 1982, incorporaram nas suas plataformas de governo perspectivas participativas e democráticas (FURTADO, 2005, p. 60).

Como documento legal e com objetivo de normatizar, a Lei de diretrizes e bases da educação, a LDB/96, no Art. 3º item III, preconiza a ideia de democracia fazendo uso do termo: gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino. Nos artigos 12 e 15 da mesma Lei, são

reforçadas a autonomia pedagógica e a administrativa das unidades de ensino, ressaltando-se a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e enfatizando a importância da participação da família e da comunidade nesse processo para viabilizar, assim, uma oportunidade de articulação entre a sociedade e a escola (Art.12, item VI).

Ainda sobre a LDB, art. 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2011, p. 17).

Logo, diante desse contexto de transição democrática e novas legislações, as novas propostas para a educação, principalmente a questão da gestão democrática, ganharam espaço, pois se contestavam práticas de gestão escolar dominantes sob o regime militar e lutava-se pela construção de uma nova escola, isto é, uma escola aberta à participação popular e comprometida com seus interesses históricos, com vistas a mudanças sociais duradouras e significativas.

De acordo com Dourado (1998), a gestão democrática pode ser compreendida como um processo de aprendizado e ao mesmo tempo de luta que vislumbra através de práticas sociais o efetivo exercício da autonomia e a possibilidade de criação de meios que contribuam para a efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola. Sendo assim, pode-se afirmar que a gestão democrática propõe uma educação com caráter valorativo social, uma vez que, a partir da construção e da ação coletiva é que as mudanças acontecem.

Portanto, o espaço democrático já conquistado, a princípio legalmente, abrirá espaço para que outros também possam ser conquistados, pois, como afirma Paro:

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (PARO, 2000, p.78.)

Nesse sentido, as relações humanas, na gestão democrática, merecem destaque, pois o princípio da democracia requer a participação efetiva de todos os

segmentos da comunidade escolar no cotidiano da escola e, especialmente, nos momentos de tomadas de decisões. Entende-se que a participação ativa de seus sujeitos deve ser conquistada gradativamente, mas de maneira sólida.

Segundo Demo (1988), a atitude de participar não é algo natural e, sim, um processo de conquista, aprendizado e, sobretudo, de disputa com o poder dominante. À medida que nos organizamos para participar, estabelecemos uma disputa com o poder dominante e, com isso, criamos outra forma de poder, chamada de poder da coletividade, do diálogo entre os pares na busca da solução dos conflitos comuns.

Diante disso, Ferreira (2004), diz que construir uma gestão democrática:

significa aprender com cada “mundo” diferenciado que se coloca, suas razões e lógica, seus costumes e valores que devem ser respeitados, por se constituírem valores, suas contribuições que são produção humana. Estas compreensões têm como objetivo, se possível, “iluminar” um campo profissional “minado” de todas essas incertezas e inseguranças, tornando-o consequente com o próprio conceito e nome, a fim de tomar decisões sobre como formar e como garantir a qualidade da educação a partir de princípios e finalidades definidos coletivamente, comprometidos com o bem comum de toda a humanidade. (FERREIRA, 2006, p. 15)

Já para Veiga (2008, p.18), “A gestão democrática visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática”. Dessa forma, a gestão para ser efetivamente democrática deve favorecer o rompimento do velho paradigma tradicional ainda arraigado nas escolas, do poder centralizador das decisões e ações para a compreensão de um período de construção coletiva, de reorganização de interação.

Como afirma Dourado (2003, p. 62), “na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs”. Desse modo, no âmbito da educação brasileira, a gestão democrática favorece a qualidade do ensino e da aprendizagem, uma vez que está aberta à participação de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino/ aprendizagem.

Mesmo com todo o respaldo legal é possível afirmar que ainda existem algumas barreiras a serem enfrentadas na consolidação da gestão democrática, pelo fato de que ainda é possível perceber algumas posturas de tradição autoritária, ou até mesmo a falta de compreensão de fato do poder político e emancipador da educação.

Nos dias de hoje, os termos “participação e “democracia” têm sido amplamente utilizados pelos mais variados setores sociais”. É possível encontrar a defesa desses conceitos nos programas de governo de praticamente todos os partidos políticos. Se pudermos considerar esse fato um avanço, dada a tradição autoritária presente na história brasileira, por outro lado, ao avaliarmos os discursos e as práticas efetivas, podemos perceber que, apesar da apropriação dos termos, os significados e suas aplicações políticas e culturais estão amplamente em disputa. Por isso, cada vez mais, faz-se necessário debater e explicitar melhor o sentido que atribuímos àquelas palavras (TEIXEIRA, 2005, p.7).

Contudo, para que se consolide o processo de gestão democrática nas escolas, deve-se ainda avançar sobre novos desafios e articular algumas práticas de formação do profissional, principalmente o profissional docente, entendendo-o como elemento capaz de difundir as concepções democráticas a todo segmento escolar, principalmente alunos e comunidade. Justificando assim, a crescente preocupação com a formação continuada dos professores, promovendo questionamentos e reflexões sobre o compromisso do profissional acerca dos desafios atuais enfrentados pela educação.

Diante disso, torna-se inquestionável compreender e analisar como os sujeitos-professores vão se constituindo profissionais ao longo de suas vidas e como compreendem o seu papel na educação diante de um momento de constantes redefinições de práticas pedagógicas.

2. FORMAÇÃO CONTINUADA: IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

"Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática". (FREIRE, 1991, p.58)

Os processos de globalização da economia na sociedade geraram novas demandas por uma formação que consiga acompanhar o ritmo acelerado das mudanças, o que fez com que o tema formação continuada de professores assumisse um papel de grande destaque na esfera educacional, política e social nos últimos anos, justificados pelas grandes mudanças na sociedade, muitas advindas do campo tecnológico. De acordo Ferreira (2006, p.43), “novas prioridades impõem-se para novas políticas e, em especial, para a gestão democrática da educação comprometida com a qualidade da formação humana”.

Nesse sentido, torna-se inevitável compreender de que forma os profissionais da educação, redefinem suas práticas pedagógicas, se tornando profissionais mais ativos, produtivos ao mesmo tempo em que atendem as novas demandas por uma escola democrática. Também se evidencia a necessidade de se repensar a gestão da educação ante a cultura globalizada e os desafios que a sociedade lhe impõe, enquanto responsável e comprometida com a formação humana de profissionais da educação e de profissionais em geral.

A formação continuada dos professores estabelece uma relação direta com a consolidação da gestão democrática, o que pode ser visto através dos documentos legais, tais como a Constituição Federal de 1988 quando no Artigo 206 estabelece que o ensino será ministrado nos seguintes princípios: “[...] V- Valorização dos profissionais do ensino [...] planos de cargos e carreira [...] piso salarial [...]; V I- gestão democrática do ensino público, na forma da lei [...]”. Também, em seu Artigo 214 mais precisamente no inciso IV o qual trata da “[...] formação para o trabalho”.

Também na Lei de diretrizes e bases da educação nacional, 394/96, no Título VI – Dos Profissionais da Educação, Artigo 61, diz respeito a formação de profissionais da educação como destaca em seus incisos: “I - associação entre teorias e práticas , inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras

atividades”. Na mesma Lei, no Título IX – Disposições Transitórias, Artigo 87 diz que: “III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também [...] os recursos de educação a distância;”

No intuito de buscar uma escola democrática, torna-se fundamental instrumentalizar aqueles que trabalham diretamente com os educandos, garantindo-lhes de fato que seus direitos sejam respeitados, porém falar em garantia de direitos, em educação de qualidade, em gestão democrática implica em falar conseqüentemente na formação continuada do profissional docente, como elemento articulador das propostas preconizadas nas legislações e executor de fato das ações pedagógicas, principalmente da gestão democrática. Desse modo, compreendido o papel do professor, não se pode falar em educação de qualidade sem mencionar uma formação continuada de professores; que já vem sendo considerada, junto a formação inicial, uma questão fundamental nas políticas públicas para a educação brasileira.

Atualmente, a escola está desempenhando vários e novos papéis na sociedade e este vem sendo um campo de constante e rápida mutação, a escola vive o desafio da mudança constante e da atualização diária e o professor tem um papel central: é ele o responsável pela mudança de atitude e pensamento dos alunos. O professor precisa também estar preparado para os novos e crescentes desafios desta geração que nunca esteve tão em contato com novas tecnologias e fontes de acesso ao conhecimento. E o que se tem vivenciado na escola em questão, é a desarticulação das práticas adotadas pelos professores, bem como em concepções antagônicas a respeito da construção e consolidação da gestão democrática, evidenciáveis nas relações aluno-aluno, aluno-professor, professor-aluno, gestores-educadores.

Diante desta realidade, a princípio, independente das definições, do modo como são realizadas, a formação continuada deve ser entendida como um mecanismo capaz de promover a reconstrução e (re) apropriação coletiva e solitária do saber, em que o sentido das experiências vividas torna-se mais claro para a consciência e a relação com o saber passa a ser mais importante que o próprio saber em si. A formação continuada deve favorecer um processo de movimento que permita a tomada de consciência de sua condição de coautor no processo de

formação pessoal e profissional e com isso supere as barreiras que reforçam as resistências ao novo e motivem-se às propostas de formação.

Dessa maneira, mais que uma necessidade, a formação continuada representa uma oportunidade de recriação da prática, pela definição quer seja, provisória ou permanente de objetivos, pela ampliação das aprendizagens individuais e coletivas e pela afirmação de ações que potencializam processos de mudanças significativas.

Tendo em vista a necessidade da consolidação de uma gestão democrática, ou seja, de uma escola participativa, que atenda aos anseios da sociedade, os gestores tem que promover nas instituições de ensino um programa de capacitação continuada em serviço, pois dessa forma estarão criando uma alternativa para melhorar a prática docente e conseqüentemente a qualidade da educação através de uma política educacional democrática, isto é algo que inúmeros estudiosos do campo educacional apontam como alternativa.

Segundo Schnetzler (1996) *apud* Rosa; Schnetzler (2003), para justificar a formação continuada de professores, três razões têm sido normalmente apontadas:

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER; ROSA, 2003, p.27)

Dessa forma, pode-se afirmar que a formação continuada dos profissionais da educação é o mecanismo primordial no qual, são desencadeadas mudanças significativas na práxis educativa. Através dela, muitos docentes podem não apenas discutir temas e solucionar problemáticas, que implicam diretamente em sua atuação/formação, mas (re) significar suas concepções sobre a educação como um todo. Analisar e pesquisar sobre esta temática possibilita uma reflexão sobre quais saberes estão sendo incorporados pelos docentes através dos diversos cursos de formação, e como eles têm interferido na formação dos educadores.

Contudo, a formação continuada do profissional não se faz antes da mudança de postura do docente, pois cada profissional deve ser responsável por sua ação educativa, e esta mudança ocorre aos poucos, justamente durante o processo de

reflexão dos saberes que vão sendo reconstruídos, da desalienação do trabalho que vai acontecendo a partir da apropriação dos saberes, ou seja, através da emancipação do profissional.

Segundo Libâneo (2004, p.227),

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Do mesmo modo, as instituições de ensino e os gestores de forma participativa devem atentar-se que,

a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou se técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NÓVOA, 1997, p. 25)

Sendo assim, compreende-se que uma formação continuada de professores para o fortalecimento de uma escola democrática, não se constrói a partir de saberes meramente profissionais, embora sejam fundamentais à atuação, o profissional precisa relacionar os saberes apreendidos à realidade vivida, e compreender que:

é da competência pedagógica que, surge naturalmente, o comprometimento com as questões de ensino e da educação. E quando se trabalha a formação pedagógica do professor, que dá a ele o tempo absolutamente indispensável para pensar a educação: seus objetivos, seus meios, seus fins, seu raio de influência, seu envolvimento com os estudantes que passam pela instituição. (ANASTASIOU, 2005, p. 35)

Nesse contexto, a formação continuada, segundo Candau (1996, p.150), passa a ser concebida “[...] como um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional em interação mútua”.

De semelhante modo, Ferreira (2006), define a construção da gestão democrática como um elemento articulado, reflexivo da formação de professores, no qual gestão significa:

(...) tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão - , de quem tem

consciência do coletivo – democrático – de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.(FERREIRA, 2006, p.36)

Para Moraes (2009), pensar e questionar a formação continuada de professores é essencial para se alcançar uma educação de qualidade, democrática, pois segundo o autor, o professor não é um mero aplicador de conteúdos elaborados por outros, ele é sim, um agente, sujeito, que precisa assumir a sua prática a partir de suas experiências, ou seja, precisa se emancipar.

Diante do exposto, torna-se evidente, para a resolução dos problemas apontados, a implementação de uma política interna de formação continuada de professores em cada instituição de ensino, o que conseqüentemente implicará na articulação da implantação efetiva da gestão democrática da escola, concebendo o processo de gestão democrática como aquele que envolve a construção conjunta de todos os sujeitos envolvidos através de uma participação consciente, na qual todos busquem juntos a solução dos desafios que são impostos à escola. A formação continuada de professores articula-se diretamente com a gestão democrática, pois no processo democrático o saber, o conhecer, se constroem coletivamente e através de trocas.

2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA: A BUSCA POR UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO

A escola Estadual José Bonifácio, situada no município de Poço Fundo, sul do estado de Minas Gerais sempre representou para o município um espaço de cultura e propagação do saber. Com as ideias de ensino democrático, a escola, que passou por várias mudanças, busca gradativamente a participação de toda a comunidade ao seu entorno, através da participação ativa na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e nos Conselhos Escolares, a fim de efetivar de fato a gestão participativa e democrática, compreendendo que a formação continuada dos professores, hoje, representa um elemento essencial para que esse objetivo seja alcançado.

Atualmente, muitos são os desafios impostos à escola, dentre os quais podem ser citados os vários encontros e desencontros entre as políticas públicas no que tange a formação continuada e a realidade dos sistemas, instituições e dos próprios

professores, fica extremamente difícil concretizar um trabalho de excelente qualidade, ao passo que cada sujeito traz consigo suas constituições identitárias e suas limitações; porém é possível afirmar que, trazem também o desejo de estar em permanente processo de aprendizagem, uma vez que uma grande maioria não mede esforços em prol de uma melhoria na qualidade da educação ofertada.

Dessa forma, ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola, acreditamos ser a formação continuada um ponto ainda frágil para a instituição, pois a sociedade impõe à escola e conseqüentemente aos professores mudanças rápidas e constantes, e em resposta a essas demandas, os gestores deve proporcionar aos profissionais a oportunidade da formação em serviço. Nesse sentido, Libâneo faz a seguinte referência:

Como bem o mostram estudos e pesquisas recentes na área, os professores são profissionais essenciais nos processos de mudança das sociedades. [...] exercem papel imprescindível e insubstituível no processo de mudança social. Se forem deixados à margem, as decisões pedagógicas e curriculares alheias, por mais interessantes que possam parecer, não se efetivam, não geram efeitos sobre a sociedade. Por isso é preciso investir na formação e no desenvolvimento profissional dos professores. (LIBÂNEO ET AL, 2008, p. 14)

Torna-se fundamental, diante do exposto, que gestores e professores sejam aliados em processos de formação pedagógica no ambiente escolar, uma vez que isso só vai favorecer positivamente no aprendizado dos alunos e, propiciar uma melhora na qualidade da educação em termos mais amplos. A formação continuada precisa ser frequente, envolvendo todos os sujeitos da educação em todos os momentos, na qual a figura mais importante seja o próprio professor, ao refletir sobre seu trabalho de sala de aula e relacioná-lo às diferentes teorias e autores da educação e também de outras áreas quando for pertinente.

Nesse sentido, aponta-se um desafio, pois segundo Ferreira; Aguiar (2000, p. 48-49), “o ponto mais delicado de qualquer processo de mudança qualitativa é a capacitação de professores”. As experiências demonstram, no entanto, que “os processos de capacitação mais rápidos, profundos e bem sucedidos parecem ser aqueles em que se acompanha o professor em serviço”.

Diante disso, as instituições de ensino, devem ser vistas como responsáveis pela formação continuada, servindo de lugar privilegiado, pois reúnem os elementos teóricos e práticos essenciais para a instrumentalização do profissional, e dessa forma possibilita a reunião da comunidade educativa que a concentra integrada em

uma política educacional que delimita direção e sentido de todo o trabalho que acontece.

Dessa forma, a gestão se efetiva de forma democrática, pois se definem caminhos ao passo que conferem o sentido das práticas que emergem desse ambiente escolar e das relações construídas coletivamente. E sendo dessa maneira, ao se construir o Projeto Político Pedagógico de uma escola, é fundamental que seja contemplada a proposta para a formação continuada dos professores, de modo que estas ações ocorram em consonância e concomitantemente com os objetivos da relação ensino-aprendizagem, a concepção de educação presente e as metas a serem alcançadas pela instituição, pois somente com uma participação ativa e crítica na vida do ambiente escolar é que se contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento da própria escola, pois será gerado na interação das ações desenvolvidas no seu interior.

Em suma, diante de todos os desafios impostos à educação e conseqüente à escola e aos professores, a gestão democrática articulada com formação continuada dos professores é a possibilidade de incentivar a reflexão, requerendo um ser humano mais criativo, participativo e integrado com a globalização e democratização do conhecimento para uma só direção, que reúna os valores, as habilidades e competências do profissional, que contemple em si, a própria evidência da concepção de gestão como a alternativa de abertura às práticas educativas de encontro às práticas sociais integradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou enfatizar o processo de construção e consolidação da gestão democrática da escola a partir da formação continuada dos professores, pois a prática pedagógica adquire um novo significado e sentido a partir do momento que se torna elemento de reflexão.

Desta forma, conceitua-se formação continuada como aquela que ocorre no interior da escola e paralela ao trabalho do educador, mas sempre apresentando como um elemento articulador o currículo, o aluno e as questões de melhoria no ensino e aprendizagem. E gestão democrática como uma forma de gerir a instituição na qual todos participam e as decisões são tomadas pelo coletivo visando o bem de todos.

Nesse sentido, é possível afirmar que ao passo que a formação continuada de professores favorece diretamente o processo democrático na escola, também é possível dizer que uma escola democrática favorece o processo de formação de professores, uma vez que a escola se torna o lócus da participação de todos na discussão acerca dos problemas e dificuldades encontradas no trabalho, também se torna o espaço do conhecimento efetivo da realidade, do trabalho em conjunto na elaboração de propostas que visem o enfrentamento de situações problemas.

Dessa forma, para que a escola consiga, efetivamente, cumprir com seu papel social de formar e preparar cidadãos capazes de atuar com autonomia no seu meio social, provocando mudanças que julgar necessárias, precisa urgentemente reestruturar sua política interna, através de processos contínuos de formação para os professores e promover a avaliação constantemente do trabalho que realiza.

Diante disso, ao confrontarmos à luz da teoria e da prática, a Escola Estadual José Bonifácio, conclui-se que a instituição está em fase de consolidação da gestão democrática, devendo ainda investir intensamente na formação continuada de seus professores, a fim de fortalecer as relações democráticas em seu interior, compreendendo a gestão democrática e a formação continuada como práticas articuladas da organização escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTISIOU, Lea das Graças Camargos e ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**. 5. ed. Joinville: Revista Saberes, UNERJ, ano1, v. I, maio/ago 2005.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais**. IN:MIZUKAMI, Maria da Graça N.; REALI, Aline Maria de M. Rodrigues. **Formação de Professores: Tendências Atuais**. São Paulo: EDUFSCar e FINEP, 1996.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática- a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandez. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Gestão Democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: IESDE, 2006.

FERREIRA, N.S. C. & AGUIAR, M. A . S.(orgs).**Gestão da Educação**. São Paulo: Cortez: 2000.

FURTADO, Érica Luisa Matos. **Políticas educacionais e gestão democrática na escola**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. Paz e Terra, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**.

Goiânia: Alternativa, 2004.

MORAES, M. C.; PACHECO, J. A.; EVANGELISTA M. O.. **Formação de Professores - perspectivas educacionais e curriculares**. Porto: Porto Editora, 2009.

NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 5. ed. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

ROSA, Maria Inês de F. P. dos Santos; SCHNETZLER, Roseli P.. **A Investigação-ação na Formação Continuada de Professores de Ciências**. Revista Ciência e Educação, v. 9, n. 1. 2003.

TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Formação de Professores: Políticas e Debates**. São Paulo: Papirus, 2008.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

**ELENARA MAC INTYER BALDIM RIBEIRO
ERIVELTON GIOVANI RAMOS
FABIO BRAZIER
LILIANE CARVALHO PEREIRA
ROSANA MARA GONÇALVES**

BELO HORIZONTE, 2014

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 03 |
| 2. FINALIDADES DA ESCOLA..... | 05 |
| 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL..... | 07 |
| 4. CURRÍCULO E TEMPO ESCOLAR..... | 10 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO..... | 21 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 23 |
| 7. AVALIAÇÃO..... | 26 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| REFERÊNCIAS..... | 34 |
| ANEXOS..... | 36 |

1-INTRODUÇÃO

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende atualmente o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e oferece o Projeto Educação em Tempo Integral, funcionando nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados e 28 turmas. Em 2013, foi selecionada como Escola Destaque Regional pela Superintendência Regional de Ensino de Varginha.

Historicamente, o Grupo Escolar José Bonifácio, foi criado pelo decreto Nº 5.046 de 31 de julho de 1918, publicado no Minas Gerais de 01 de agosto de 1918 e Lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953, foi instalado em 01 de fevereiro de 1928, funcionando em prédio do Estado. A denominação da escola foi alterada com a Resolução Nº 810/74, passando de “Grupo Escolar José Bonifácio”, para “Escola Estadual José Bonifácio”. Com a Resolução Nº 9581/98, de 30/12/98, pág. 2, col.1, do Minas Gerais foi autorizada a extensão de séries e o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental a partir de 1999.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, uma vez que foi construído coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. Evidencia o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, a efetivação de práticas inclusivas, do trabalho coletivo e construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação.

A missão e visão da escola expostas no PPP respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação e de emancipação do aluno.

Os princípios, as formas de organização e o currículo da escola que constam do PPP são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e afins, sempre de encontro aos anseios da comunidade.

A escola dispõe de serviços e espaços pedagógicos complementares, dentre os quais a biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala ecológica, sala ambiental, sala de recursos e sala multimeios, que aliados aos projetos interdisciplinares e ações sociais, culturais, políticas e esportivas,

enriquecem e dinamizam a prática pedagógica, motivam os alunos e ampliam a participação da família.

“O projeto da Escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e seu tempo-espaço, isto é, contexto histórico em que ela se insere” (GADOTTI, 1998, p.18).

Assim, o PPP da E. E. José Bonifácio traduz os objetivos, intenções, ideais e aspirações da comunidade escolar e busca concretizar uma gestão democrática e participativa, articula-se aos diversos projetos da sala de aula, aos espaços e tecnologias disponíveis, agregando alunos, professores, servidores, gestores, pais e comunidade, representa o contexto escolar, sua utopia e ousadia.

2- FINALIDADES DA ESCOLA

A educação configura-se como um direito inalienável do ser humano e um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo também considerada como um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010.

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados perfazendo 28 turmas e oferecendo o Projeto Educação em Tempo Integral.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. A missão e visão da escola respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação, enquanto “direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo” (Cury, 2005, p. 17).

Consonante à visão de “ser uma escola de referência pela qualidade do ensino ministrado, buscando reduzir o abandono e a repetência, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, valorizando e capacitando os profissionais que nela atuam”, a escola tem a missão de “assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, formando cidadãos críticos, capazes de transformar a realidade”.

Assim, o aluno, sujeito do processo educativo, é o foco e a finalidade maior da escola, e esta enquanto disseminadora de conhecimentos historicamente acumulados e produzidos deve assegurar a apropriação, construção e reconstrução dos saberes pelo aluno, sua formação geral e para o exercício da cidadania, além da preparação tecnológica e para o mercado de trabalho, intervindo criticamente e solidariamente no meio em que vive.

A E.E. José Bonifácio apresenta como escopo promover uma educação inovadora através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão

que oportunizem a aprendizagem significativa formando cidadãos criativos, críticos, éticos, participativos e solidários, que aprendam a aprender, aprendam a ser e a conviver em sociedade.

Os princípios, a organização e o currículo da escola são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente, rege-se pela legislação do Estado de Minas Gerais, uma vez que está subordinada a esta esfera, considerando também a realidade local e os anseios da comunidade. A Escola Estadual José Bonifácio assume como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96: #

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É evidente o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, na efetivação de práticas inclusivas e na construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação e na efetivação do direito do aluno de aprender, se desenvolver plenamente e ter uma educação de qualidade para o exercício da cidadania e sua emancipação.

Em suma, a construção do Projeto Político Pedagógico traduz os interesses e anseios da comunidade escolar da E.E. José Bonifácio, que busca assegurar e concretizar uma educação de qualidade para todos e uma gestão democrática e participativa integrando escola e comunidade, ressignificando e intervindo no contexto em que está inserida e fazendo a diferença na vida dos alunos, ancorados por sua utopia e ousadia.

3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

A estrutura organizacional e o processo de gestão constituem o conjunto de condições, normas, diretrizes e medidas necessárias para assegurar o bom funcionamento da escola, de modo a alcançar as finalidades e objetivos educacionais esperados. Segundo Libâneo (2012, p. 472), a organização geral do trabalho “refere-se à racionalização do uso de recursos humanos, materiais, físicos, financeiros e informacionais e à eficácia na utilização desses recursos e meios de trabalho”.

“É importante compreender que por detrás do estilo e das práticas de organização e gestão, está uma cultura organizacional, ou seja, há uma dimensão cultural que caracteriza cada escola, para além das prescrições administrativas e das rotinas burocráticas” (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

A Escola Estadual José Bonifácio está acordada à legislação vigente no que diz respeito à organização curricular. Apresenta uma base comum e uma parte diversificada, atendendo, dessa forma, às exigências da comunidade escolar local. No tocante a parte administrativa, além dos recursos governamentais a escola conta com recursos diretamente arrecadados, provenientes da iniciativa da comunidade escolar e dos servidores da escola, com destaque para a Festa Junina que este ano de 2014 arrecadou cerca de R\$ 8.000,00 e que futuramente será discutida com o Colegiado, servidores e membros da comunidade escolar a melhor forma de investir estes recursos na escola. Outros recursos para projetos e viagens (equipe de judô, Banda Marcial) são arrecadados com o empresariado local e “Amigos da Escola”, a Prefeitura Municipal sempre fornece ônibus para transporte dos alunos para os projetos acima citados e para viagens pedagógicas de curta distância (até 100 km).

O quadro de pessoal da escola é composto pela equipe gestora, formada pela diretora e vice-diretor, 1 secretária, 6 assistentes técnicos, 11 auxiliares de serviços gerais, 3 especialistas, 2 professores para o ensino do uso da biblioteca, 6 professores eventuais, 1 professor da sala de recursos, 1 professora eventual, 1 professor de música e 47 professores corpo docente do 1º ao 9º ano.

Para auxiliar o trabalho pedagógico, a escola dispõe de uma boa estrutura física, de materiais e equipamentos para os serviços de apoio pedagógico e atividades complementares: 1 biblioteca com acervo de milhares de livros, 1 laboratório de ciências completo (microscópio, lupa eletrônica, estufa, vidraria, reagentes, etc), 2 lunetas, 1 laboratório de informática, 1 sala ecológica, 1 sala ambiental, 1 horta orgânica, 2 lousas digitais, 3 data show, 1 retroprojektor, 3

notebooks, 1 Tablet, 5 televisores, 3 aparelhos de DVDs, acervo de filmes e documentários, 5 mini system, 1 som profissional para apresentações, jogos de xadrez, 1 sala de recursos com 3 computadores adaptados a alunos com deficiência, 1 sala de multimeios (judô, música, teatro), 1 parque infantil, 1 horta orgânica, 1 casa de bonecas, 1 rádio educativa, 2 quadras esportivas (sendo 1 oficial e coberta), material esportivo completo (Futsal, Judô, Vôlei, Handball, Badminton, etc.), 2 mesas de ping-pong, jogos para Recreio Monitorado, dezenas de instrumentos musicais para Banda Marcial, 5 violões, 1 tatame, 100 quimonos, acervo completo de mapas (históricos, geográficos e de ciências), 1 globo geográfico, material dourado completo, 1 modelo de esqueleto, modelos anatômicos do corpo humano, 1 aquário de peixes, entre outros que aliados aos projetos interdisciplinares, enriquecem e dinamizam o currículo e a prática pedagógica.

Enquanto escola estadual é mantida basicamente com recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Educação, por meio de termos de compromisso à Caixa Escolar e recurso complementar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Conta com serviços pedagógicos, os quais são coordenados por pedagogos que exercem o papel de articuladores do trabalho pedagógico da Escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem, pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Para tanto, a escola oferta o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Tempo Integral, procurando, conforme o art. 22 da LDB (1996) "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". A escola é organizada em dois turnos matutino e vespertino e conta atualmente com 702 alunos matriculados, perfazendo um total de 27 turmas, sendo assim distribuídas:

1º ano: 48 alunos divididos em 2 turmas (uma com 23 e outra com 25 alunos), turno vespertino, 2 educadores e 1 professor de apoio.

2º ano: 37 alunos divididos em 2 turmas (uma com 18 e outra com 19 alunos),turno vespertino, 2 educadores.

3º ano: 56 alunos divididos em 3 turmas (19, 17 e 20), turno vespertino, 3 educadores, 1 professor de apoio.

4º ano: 63 alunos divididos em 3 turmas (20,20 e 23), turnos vespertino e matutino, 1 educadores por turma, 1 professor de apoio.

5º ano: 60 alunos divididos em 3 turmas (24, 21 e 15), turno matutino, 3 educadores que se revezam nas turmas (Geografia/História, Língua Portuguesa e Matemática).

6º ano: 122 alunos divididos em 4 turmas (32 e 34, turno matutino e 22 e 23, turno vespertino) 8 educadores por turma e 2 professores de apoio.

7º ano: 115 alunos divididos em 4 turmas (32 e 34 alunos no turno matutino e 22 e 23 no turno vespertino), 8 educadores por turma e 1 professor de apoio.

8º ano: 98 alunos divididos em 3 turmas (com 35, 30 e 33 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

9º ano: 82 alunos divididos em 3 turmas (com 28, 19 e 35 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

Obs.: Os professores de apoio são para acompanhar os alunos com necessidades especiais.

Na parte pedagógica, ressalta-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o Facebook da Escola, a Banda Marcial, os "60 planos", feiras, exposições, palestras, festival de poesias, festa junina, campeonato de judô são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

São realizadas reuniões semanais com duração de 2 horas com todos os educadores onde são discutidas estratégias pedagógicas, projetos interdisciplinares, planos de ação imediata e pactuação de metas futuras.

4 - CURRÍCULO

Durante muito tempo a ideia de currículo esteve apenas associada à ideia de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos por uma instituição escolar a um determinado grupo de educandos, porém com as mudanças ocorridas na sociedade e a constante demanda cada vez maior por uma escola que forme para a vida, pode-se dizer que o currículo hoje deve ser concebido como uma ferramenta estruturadora de todo o processo escolar, devendo ser visto por todos os educadores, alunos e todos os envolvidos no processo escolar como uma “peça chave” do processo de ensino aprendizagem.

Para Sacrístan (2000; p.38),

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Segundo Althusser (1983), historicamente o currículo pode ser visto como ferramenta tanto emancipatória como doutrinadora, dependendo da concepção de cada instituição escolar e de seu gestor, pode ainda ser uma ferramenta de perpetuação ideológica, bem como uma ferramenta emancipatória, cabendo à decisão a ser tomada pelos envolvidos no processo de construção de cada currículo.

Nesse sentido também diz Moreira (1998; p. 14) “A escola, por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos de forma progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.”

Diante disso, cabe à escola compreender o currículo através das sistematizações das experiências dos alunos, dos educadores e de toda a comunidade envolvida, de modo que se possa dar significado e sentido à tradição cultural existente, a reflexão do contexto social, pois esse mecanismo de aprendizagem distribui o conhecimento concreto, real e crítico, possibilitando que os envolvidos se tornam protagonistas do processo educacional.

Este é um aspecto específico da política educativa que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornado claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele, intervindo, dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar e iniciando na prática educativa, enquanto apresenta o currículo

seus consumidores, ordenam seus conteúdos e códigos de diferentes tipos. (SACRISTAN, 2000; p 109).

Tendo esta concepção, o currículo da Escola Estadual José Bonifácio de Ensino Fundamental é composto por uma Base Nacional Comum, segundo a Lei 9394/96 e por uma Parte Diversificada contemplando conteúdos e estratégias que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos domínios da ação humana.

Assim sendo, dentro da filosofia escolar, o processo ensino aprendizagem tem ênfase prioritária e assume compromisso de formação de seres humanos aliado à transformação da sociedade, respeitando a diversidade cultural presente na escola. Visa à construção de uma proposta pedagógica fundamentada em ações interdisciplinares que articulem o conhecimento científico e os saberes locais dos sujeitos, propondo uma aprendizagem significativa para todos.

Nesse contexto, os componentes curriculares integram-se, compondo uma política educacional interativa que prevê uma relação multidisciplinar na forma de parcerias com a comunidade. Especificamente Ética trabalha juntamente com História, analisando as causas e efeitos das ações humanas no tempo e no espaço. Já a Matemática, interage com a Língua Portuguesa, a Educação Física, Artes e Geografia propondo análise através do raciocínio lógico e abstrato, em relação ao cosmo individual e universal. E, como forma expressiva, formativa e cultural, a Redação, a Língua Estrangeira e a Literatura fecham o leque em termos complementativos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os quadros curriculares da Escola José Bonifácio está organizado da seguinte forma:



EE JOSÉ BONIFÁCIO

2014

R PREF EDGARD FERREIRA, 124
CENTRO3283-1200
37757000

| | | ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------|----------------------------------|-------------------|--------|--------|--------|--------------------|--------|--------|--------|--------|-------|
| | | CICLO DA ALFABETIZAÇÃO | | | | | CICLO COMPLEMENTAR | | | | | |
| | | 1º ANO | | 2º ANO | | 3º ANO | | 4º ANO | | 5º ANO | | |
| BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96 | | AS | CH.A. | AS | CH.A. | AS | CH.A. | AS | CH.A. | AS | CH.A. | |
| | | LINGUAGENS | LÍNGUA PORTUGUESA | 7 | 280:00 | 7 | 280:00 | 8 | 320:00 | 5 | 200:00 | 5 |
| ARTE | 2 | | 80:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | |
| ED FÍSICA | 1 | | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | |
| CIÊNCIAS HUMANAS | HISTÓRIA | | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 2 | 80:00 | 2 | 80:00 |
| | GEOGRAFIA | | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 2 | 80:00 | 2 | 80:00 |
| PARTE DIVERSIFICADA | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | |
| | CIÊNCIAS DA NATUREZA | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 2 | 80:00 | 2 | 80:00 | |
| | MATEMÁTICA | 6 | 240:00 | 6 | 240:00 | 5 | 200:00 | 5 | 200:00 | 5 | 200:00 | |
| | JORNALISMO | | 0:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | 1 | 40:00 | |
| | | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | |
| | | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | |
| | | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | |
| TOTAL: | | 20 | 800:00 | 20 | 800:00 | 20 | 800:00 | 20 | 800:00 | 20 | 800:00 | |

| | |
|-----------------------|------|
| DIAS LETIVOS SEMANAIS | 5 |
| DIAS LETIVOS | 200 |
| Nº DE SEMANAS LETIVAS | 40 |
| DURAÇÃO MÓDULO AULA: | 1:00 |

OBSERVAÇÕES:
MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

Rita de Cássia S. da Costa
Diretora
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

Aprovado pelo Colegiado
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG
Data 24/03/14
Assinatura

SRE - VARGINHA
DATA: 24/03/14
CIENTE: Daniel

Beatriz Andrade Costa Pereira
Inspetora Escolar
MASP 299823-2



EE JOSÉ BONIFÁCIO

2014

R PREF EDGARD FERREIRA, 124
CENTRO3283-1200
37757000

| | | ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------|--------------------------------|-------------------|--------|--------|-----------------------|--------|--------|--------|--------|
| | | CICLO INTERMEDIÁRIO | | | | CICLO DA CONSOLIDAÇÃO | | | | |
| | | 6º ANO | | 7º ANO | | 8º ANO | | 9º ANO | | |
| BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96 | | AS | CH.A. | AS | CH.A. | AS | CH.A. | AS | CH.A. | |
| | | LINGUAGENS | LÍNGUA PORTUGUESA | 6 | 200:00 | 6 | 200:00 | 6 | 200:00 | 6 |
| ARTE | | | 0:00 | | 0:00 | 1 | 33:20 | | 0:00 | |
| ED FÍSICA | 2 | | 66:40 | 2 | 66:40 | 2 | 66:40 | 2 | 66:40 | |
| CIÊNCIAS HUMANAS | HISTÓRIA | | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 |
| | GEOGRAFIA | | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 |
| PARTE DIVERSIFICADA | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 33:20 | 1 | 33:20 | 1 | 33:20 | 1 | 33:20 | |
| | CIÊNCIAS DA NATUREZA | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 | 3 | 100:00 | |
| | MATEMÁTICA | 6 | 200:00 | 6 | 200:00 | 5 | 166:40 | 6 | 200:00 | |
| | LINGUAGENS | INGLÊS | 1 | 33:20 | 1 | 33:20 | 1 | 33:20 | 1 | 33:20 |
| | | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | |
| | | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | |
| | | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | | 0:00 | |
| TOTAL: | | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | |

| | |
|-----------------------|------|
| DIAS LETIVOS SEMANAIS | 5 |
| DIAS LETIVOS | 200 |
| Nº DE SEMANAS LETIVAS | 40 |
| DURAÇÃO MÓDULO AULA: | 0:50 |

OBSERVAÇÕES:
MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

Rita de Cássia S. da Costa
Diretora
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

Aprovado pelo Colegiado
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG
Data 24/03/14
Assinatura

SRE - VARGINHA
DATA: 24/03/14
CIENTE: Daniel

Beatriz Andrade Costa Pereira
Inspetora Escolar
MASP 299823-2

Nesse sentido, evidencia-se que os conteúdos curriculares da Educação Básica da Escola Estadual José Bonifácio observam as seguintes diretrizes: a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Currículo da escola abrange o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte e a Educação Física constituem-se em componentes curriculares obrigatórias, nos níveis da educação básica, a intenção de promover o desenvolvimento cultural dos alunos. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana, asiática e europeia. Além disso, a História e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas permearão todo processo educativo de acordo com a Lei Federal nº 10.639 de 09/01/03, Lei 11645/08; Res. SEE. Nº1159/08, de 16/07/08 em especial nas áreas de Arte, de Literatura e História Brasileiras nos currículos do ensino fundamental.

Ainda, o estudo da língua estrangeira tem como objetivo desenvolver as habilidades comunicativas de falar, ouvir, ler e escrever. Assim, na parte diversificada do Currículo está incluída, obrigatoriamente, a Língua Inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. De matrícula facultativa, o Ensino Religioso, constitui disciplina dos horários normais do Ensino Fundamental Anos iniciais e finais. Já o Ensino da Música encontra-se de acordo com a Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado aos conteúdos de Arte, nos currículos do Ensino Fundamental.

É importante ainda salientar que os direitos e deveres das Crianças e dos Adolescentes, estão garantidos em conformidade com a Lei Federal nº 11.525/07, de 25/09/07 e Res. SEE Nº 1307/09, de 27/03/09, encontra-se integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa, nos currículos do ensino fundamental. O uso de drogas e dependência química, conforme reza a Lei Estadual Nº 13.411/99, de 22/12/99; o Decreto Estadual Nº 41.168, de 06/07/00 e a Resolução Conjunta SEE/SES Nº 01/01, de 23/02/01, integra os conteúdos de Ciências nos currículos do ensino fundamental. Ainda, assuntos relacionados com a

higiene bucal, conforme dispõe a Lei Estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integram o conteúdo de Ciências do ensino fundamental.

Já a preparação básica para o trabalho e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, educação para o trânsito e vida familiar e social) são oferecidos e articulados nas áreas de conhecimento do ensino fundamental. A educação para o consumo, de acordo com a Lei Estadual Nº 12.900/98, de 24/06/98 e a educação ambiental, conforme a Lei Federal Nº 9.795/99, de 27/04/99, como temas transversais, são trabalhados nas diversas componentes curriculares do ensino fundamental.

Embora alguns dos temas transversais, quais sejam, ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo sejam desenvolvidos de forma mais abrangente nas áreas referidas às ciências naturais, são igualmente trabalhados de forma contínua e integrada em todos os componentes curriculares dos currículos do ensino fundamental.

Dentre as estratégias curriculares adotadas pela instituição, destaca-se a participação no Projeto Escolas-Referência que efetivamente desenvolve as ações como: GDPEAS (Grupo de Desenvolvimento Profissional do PEAS - Educação Afetivo-Sexual), que servem de pilares para a execução do PDPI (Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional), implantado a partir de 2005/2006, com o objetivo de resgatar a excelência da educação pública no Estado de MG. Assim sendo, busca-se a construção de uma proposta pedagógica em que a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de projetos interdisciplinares possibilite atingir uma aprendizagem significativa.

Ressalte-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o facebook da Escola, a Banda Marcial, feiras, exposições, palestras, festival de poesias, são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade

sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

Nesse sentido, a escola visa desenvolver a educação plena de seu educando, através de um currículo compromissado com a transformação social, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação integral do educando, flexível em relação aos conceitos e ressignificação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos; e também possibilitar vivências significativas; contribuir para que todos assumam seu papel no processo histórico, contemplar atividades criativas, interativas e transdisciplinares fundamentadas na ética e na preocupação com o ser humano numa ação contextualizada, promover uma educação voltada para a cooperação, integração, participação e comprometimento de todos os envolvidos neste processo. Para isso busca desenvolver projetos que garantam a dinamização do processo de modo a permitir vivenciar de forma completa, objetiva e real, a expressão, a criação e a auto descoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento, a responsabilidade e o aprofundamento de estudos, tudo isso através de um currículo construído pela coletividade e que é compreendido como respostas aos anseios de uma comunidade.

4.1. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Em uma escola a organização do tempo é primordial. O calendário escolar é essencial para a construção da organização do currículo escolar. É necessário saber quantas horas cada professor tem para se dedicar a sua aula, quando será feriado, o período de férias, os dias letivos, as atividades extracurriculares e pedagógicas.

O professor também precisa de tempo para conhecer seus alunos, participar de formação continuada, preparar suas aulas, diários e avaliações. O estudante também precisa de tempo para estudar e se organizar.

A coletividade prevalece na elaboração do planejamento pedagógico e dos projetos escolares. Estes, de acordo com suas necessidades e características, são discutidos hora, por todos os professores nas reuniões conjuntas, hora realizadas em grupos de estudos pré-definidos (por área de ensino, série, etc.) para que só depois sejam discutidos e finalizados nas reuniões citadas acima.

O Planejamento deve ser feito por cada professor diariamente de acordo com os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), tomando por princípio que cada aula deve ser avaliada e repensada em sua plenitude. As reuniões pedagógicas semanais oferecem a oportunidade dos professores desenvolver o intercâmbio com outras disciplinas e também desenvolvam as ações que serão implementadas durante o bimestre, semestre e ano letivo.

A E. E. José Bonifácio tem a sua Educação Básica organizada em ciclos: Ciclo de Alfabetização com 1º Ano, 2º Ano e 3º Ano; Ciclo Complementar com 4º Ano e 5º Ano; e Anos Finais do 6º ao 9º Ano.

Em sua carga horária, o calendário consta de 200 (duzentos) dias letivos, 800 (oitocentas) horas anuais, 4 (quatro) horas aula/diária, 2 (duas) horas semanais – reunião módulo II e horas de atividades extraclasse.

Os critérios de enturmação levam em conta a idade, sendo as turmas formadas com 25 alunos nos anos iniciais e nos anos finais com uma média de 30 alunos. Esta enturmação tem como um dos princípios norteadores, salas heterogêneas, o que possibilita o desenvolvimento social, intelectual e político dos educandos, fazendo assim, valer a legalidade e a modalidade da inclusão e da educação de qualidade. Já a reenturmação ao longo do ano é realizada sempre que necessário, garantindo o sucesso do aluno.

A divisão da organização escolar em ciclos se deu em 1984, com a implementação do Ciclo Básico de Alfabetização, CBA, no Estado de São Paulo. Para compreendê-los melhor Mainardes (2007), esclarece

Pelo fato de ser a primeira experiência de organização da escola em ciclos implementada em larga escala e de ter sido bastante explorado em pesquisas oficiais acadêmicas, O Ciclo Básico de Alfabetização tornou-se uma referência para a expansão do ciclo para os demais anos do Ensino Fundamental nos anos de 1990, bem como para a incorporação dos ciclos como uma das modalidades de organização do ensino na LDB de 1996 (MAINARDES, 2007, p. 69).

A escola dispõe de excelente espaço físico o que contribui para a otimização da organização espacial da mesma. A escola crê na necessidade de se redefinir a utilização e as características físicas do espaço para atingir o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Assim utiliza todas as dependências da escola para a realização deste processo: 1 almoxarifado; 1 Área de Serviço; 1 Biblioteca; 6 áreas de circulação interna adaptada para deficiente; 1 coletor de lixo seletivo; 1 cozinha completa; 1 depósito de material de limpeza; 1 despensa; 1 diretoria; 1 Laboratório

de Ciências; 1 Laboratório de Informática; 1 Parque Infantil; 1 quadra de esportes coberta; 1 quadra de esportes descoberta; 1 refeitório; 16 salas de aula (13 com acesso para cadeirantes); 1 sala de coordenação pedagógica; 1 sala para professor;

Sala de recursos multifuncionais; 1 sala de Multimeios (Judô, Música, etc); 1 Sala Ecológica; 1 Sala Ambiental; 1 Horta Orgânica; 1 Casinha de Bonecas.

É importante fazer da organização espacial um ato pedagógico. O espaço escolar é utilizado para leitura de histórias, brincadeiras dirigidas, atividades esportivas, assistir desenhos e documentários, observações e conversas informais. O espaço dentro da sala é bem aproveitado com cantinhos de atividades diversificadas e leitura, carteiras agrupadas, uso das paredes, murais e varais.

Considera-se que o ensino deve ser uma atividade, eminentemente interpessoal, de encontros e trocas de experiências, e que, a educação afetiva deve caminhar paralelamente à educação intelectual.

Sendo assim, devemos promover a interação, enfatizando: leitura, pesquisa e o trabalho em grupo, garantindo ainda um clima propício à elevação da auto estima do aluno, favorecendo o seu sucesso na escola.

O planejamento bimestral dos conteúdos trabalhados são programados de forma contextualizada e interdisciplinar de cada série com auxílio do currículo integrado.

Atividades que a escola utiliza para complementar a prática pedagógica:

- intercâmbio cultural através de visitas às indústrias, escolas, centros culturais, supermercados...
- aulas de campo (plantio de árvores e limpeza da mata frete à escola)
- participação em campanhas contra a Dengue a AIDS, Reciclagem do lixo;
- participação em comemorações de datas cívicas;
- excursões;
- participação em gincanas culturais;
- participação em concursos regionais e municipais e estaduais;
- Olimpíadas da Língua Portuguesa, Matemática, etc.

Outro ponto que merece destaque na E. E. José Bonifácio é a Educação Integral, pois através de uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e

culturais, esteve presente nas propostas de diferentes correntes políticas, na trajetória histórica do nosso país.

No decorrer da última década, foi implantado o Projeto Educação em Tempo Integral, nas escolas estaduais mineiras com o objetivo de ampliar as oportunidades educativas dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos, pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas (na) pela escola, inclusive por meio de parcerias, a E. E. José Bonifácio proporciona a seus alunos a oportunidade de participar deste projeto. Os resultados esperados são a ampliação da oferta de educação integral, visando à formação cidadã e à melhoria dos resultados dos indicadores educacionais.

Conforme previsto no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, Lei nº 19.481, de 12/01/2011, a oferta de tempo integral deverá priorizar alunos (ensino fundamental e médio) que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social, como descreve o Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral desenvolvido pela Secretaria de Estado da educação de Minas Gerais:

“A escola, em consonância com seu projeto pedagógico e em diálogo com a comunidade, será a referência para definir quais alunos participarão das atividades. No desenvolvimento de uma proposta de educação integral não existem modelos predefinidos, mas é fundamental organizar um currículo capaz de integrar os diferentes campos do conhecimento e as diversas dimensões formadoras das crianças e jovens na contemporaneidade. A escola deve voltar-se, também, para a formação do cidadão, priorizando práticas e construindo valores que possibilitem a convivência em uma sociedade democrática sem abrir mão de seus conteúdos, mas atribuindo sentido ao que é transmitido.”

Os critérios para adesão ao projeto são o desejo da comunidade escolar, a implantação do Projeto Educação em Tempo Integral na escola e o fato da escola ter condições de (re)organizar seus espaços e buscar outros, além dos muros da escola, dentro da perspectiva da cidade educadora. Ou seja, a escola deve ser capaz de articular parcerias dentre as quais podemos destacar: poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas) dentro e fora do seu território educativo, de forma interinstitucional.

O Projeto Educação em Tempo Integral deve ser desenvolvido, prioritariamente, por escolas e alunos em situação de vulnerabilidade: em distorção idade-ano; onde houver necessidade de correção de fluxo (redução da evasão e/ou repetência); beneficiários do Programa Bolsa Família; abuso, violência e trabalho infantil; com baixo rendimento escolar.

O Projeto Educação em Tempo Integral tem carga horária, diária, assistida pelos professores de 5h, sendo 04h10min de atividades educativas e 50min destinada ao almoço.

A inclusão tem sido a marca da educação nesta década, o grande foco das políticas públicas e ações educativas, buscando sempre o benefício da educação para todos.

Mittler (2003) destaca pontos importantes para se concretizar a inclusão:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos na escola ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como a oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25)

Quanto à inclusão e partindo da reflexão segundo Edler Carvalho:

“A inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento de educação especial, pois se impõem como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares.” (CARVALHO, 2004, p.45).

A E. E. José Bonifácio possui Sala de Recursos com profissional especializada em Educação Especial, para atendimento aos alunos em dois turnos alternados (matutino/vespertino). Na Sala de Recursos o trabalho é desenvolvido de acordo com as dificuldades de cada aluno. A sala conta com computadores adaptados (teclado “colmeia”, movimentos por câmera, sons, etc.), Material Dourado, Jogos Educativos, Material Braille, entre outros instrumentos para facilitar o trabalho com alunos com algum tipo de deficiência.

A inclusão social, o respeito as diversidades são hoje um dos pré-requisitos de uma escola democrática. Além da estrutura ofertada pela SEE e pelo Governo Federal, a educação inclusiva na E. E. José Bonifácio é desenvolvida também com a colaboração da sociedade civil, da Secretaria Municipal de Educação (transporte individual quando necessário) e de ONGs (Unidos Pela Inclusão). Além do apoio da sociedade, governos e ONGs, o sucesso da inclusão escolar depende de professores cada vez mais bem capacitados e dinâmicos.

A cada ano contamos com o ingresso de mais alunos portadores de necessidades especiais. A inclusão social, o respeito às diversidades são um

processo e a escola contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, que fazem toda a diferença.

5- PROCESSOS DE DECISÃO

A escola possuindo autonomia no processo decisório, os profissionais devem participar, assumindo um compromisso com a Educação, estabelecendo metas claras e exequíveis, criando a consciência coletiva com base nos diagnósticos.

A participação dos profissionais dar-se-á através das reuniões técnico-pedagógica, Assembleias, Colegiado Escolar e Conselho de Classe.

“Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”
(FREIRE, 2002, p. 32)

Na E. E. José Bonifácio possui uma gestão democrática e participativa, sendo o convívio democrático um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolve toda a comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo. E a participação nesse sentido, constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

Para uma gestão democrática é essencial a relação estabelecida entre o dirigente escolar e o grupo de efetivos da escola – professores e funcionários, superando o processo centralizado de decisão, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, por meio de reuniões que acontecem semanalmente com duração de 2 horas.

O Colegiado Escolar, órgão de representação da comunidade educativa, conta com a participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, também participa das principais decisões por meio de reuniões que são realizadas mensalmente, constituindo um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. Ou seja, a escola vê o Conselho Escolar como um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares.

Os pais e familiares são convidados a participar das reuniões de “pais e responsáveis” nos finais de cada bimestre letivo, assim como para todos os eventos que ocorrem na escola no decorrer do ano. Os pais e/ou responsáveis também possuem um canal de atendimento diário na escola, sejam recebidos pela própria gestora, seja pelo vice-diretor e supervisores. Também existem os canais

alternativos de comunicação que são email, telefone e até um perfil da Escola na rede social Facebook.

Parceria é uma relação de colaboração entre instituições que compartilham objetivos ou interesses comuns, e não deve basear-se apenas em laços de amizade entre pessoas da escola e da instituição, para que o acordo não se enfraqueça se os atores principais da entidade parceira forem mudados. A José Bonifácio conta com parceria tanto com órgãos públicos – Prefeitura Municipal, através de suas várias Secretarias, SRE e SEE, como empresariado e sociedade civil.

Um ponto ainda desejável é a implementação de um Grêmio Estudantil, preparando nossos jovens para a cidadania e aproximando-os das decisões tomadas na escola.

A escolha de dirigente escolar ocorre por eleição direta para diretor e vice-diretor, onde toda a comunidade escolar, compreendida de pais, estudantes, professores e funcionários votam, assim como para a formação de colegiado.

Quanto as avaliações dos serviços escolares são feitas principalmente no “Dia D” que ocorrem uma vez por ano. Os pais e/ou responsáveis respondem um questionário sobre suas observações sobre os principais aspectos pedagógicos, físicos e administrativos da instituição.

Sem dúvida, as relações envolvendo a participação dos alunos percebe-se que ainda tem sido uma das mais negligenciadas, sobretudo se considerarmos as crianças pequenas, ainda precisa ser elaboradas formas efetivas de participação de nossos alunos.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

“O poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades e os atos não usados para violar e destruir, mas para criar relações e realidades.” (Arendt, 2001, p. 212)

Na E. E. José Bonifácio prevalece sempre o diálogo, o consenso, a decisão conjunta, respeitando-se as diferenças individuais. As situações de divergências ou conflitos são resolvidos ética e democraticamente.

Cada segmento tem seus direitos e deveres previstos no Regimento Escolar e estes deverão ser observados e cumpridos por todos. Na E. E. José Bonifácio as relações de trabalho, estão calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, e em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico, este movimento, serve de verificação do confronto de interesses no interior da escola. É neste embate que se originam os conflitos, as tensões, divergências, que se conduzidos positivamente, podem fortalecer as relações, bem como o diálogo, a tolerância, a cooperação.

6.1- CÓDIGO DE CONVIVÊNCIA.

- Estar sempre aberto ao diálogo.
- Facilitar o fluxo de comunicação cultivando a objetividade, a clareza e a transparência; não sonogando informações que enriqueçam o grupo;
- Incentivar o intercâmbio entre colegas, desbloqueando possíveis barreiras, articulando com perspicácia todas as forças de crescimento presentes no grupo em benefício de todo.
- Promover constantemente a revisão curricular de forma participativa.
- Pensar e refletir sobre a sua ação.
- Manter o sigilo nas questões profissionais, quando necessário.
- Facilitar ação integrada com os demais serviços.

- Levar em consideração as decisões do grupo como significativas de desempenho de sua ação.
- Participar da elaboração, aprofundamento e aplicação da filosofia da escola, do regimento, da proposta pedagógica, de forma dinâmica e co-responsável.
- Estudar e seguir a legislação, percebendo sempre suas mudanças e adequando-a, segundo a realidade da escola.
- Fazer constantemente a leitura da realidade para trabalhar com base na mesma, mantendo uma atitude científica em relação ao seu trabalhar.
- Estar aberto a inovações construtivas, incentivando e apoiando mudanças significativas na escola.
- Manter-se atualizado e dinamizar o aperfeiçoamento contínuo.
- Cultivar uma postura constante de quem ensina e aprende.
- Organizar o próprio trabalho, considerando como essencial o respeito e incentivando a ética entre os educadores.
- Ser imparcial no atendimento às pessoas.
- Dignificar e valorizar a profissão exercendo-a e honrando seus compromissos com a coletividade a que serve.
- Exercer suas atividades com habilidade, mantendo em alto nível o relacionamento humano e o clima organizacional da escola.
- Intensificar o relacionamento da escola com a comunidade, realizando um trabalho integrado com os demais órgãos afins e participando intensamente das atividades gerais da escola.
- Respeitar o servidor como pessoa, auxiliando-o em seus problemas e estimulando-o a desenvolver suas habilidades.
- Aceitar sugestões, dos servidores incentivando-os a exporem e defenderem seus pontos de vista.

- Participar do conselho de classe, colaborando com iniciativas que visem criar estratégias educacionais.
- Por fim, queremos enfatizar a importância de que estes princípios sejam vivenciados de forma dinâmica, criativa e coerente para que o servidor seja realmente, na comunidade, um agente mobilizador de intercâmbio de valores; atitudes e ações favoráveis ao crescimento contínuo de todo processo político-pedagógico e educativo.

7- AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação da Aprendizagem do Aluno

Na E.E. José Bonifácio a avaliação é entendida como um processo voltado para a formação de competências, não apenas para a mera mensuração e atribuição de notas ou conceitos, tem caráter formativo e participativo, onde os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos.

A avaliação enfatiza o acompanhamento das etapas de aprendizagem e o percurso de desenvolvimento do aluno, antes de tudo é um compromisso com a aprendizagem. “Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo, sustentar o desempenho positivo dos alunos” (DEMO, 2000, p. 97).

É vista não apenas para indicar se houve ou não aprendizagem, mas também para traçar intervenções e redimensionar a prática pedagógica. Entende-se que a avaliação é um processo em que coletar, interpretar e planejar informações auxilia na tomada de decisão em sala de aula e deve articular-se com o projeto político pedagógico da escola, seus objetivos, currículo e metodologias.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem: professores, especialistas, vice-diretora, diretora, pais e alunos.

Nesse contexto, a aplicação de atividades avaliativas, testes ou provas e atribuição de notas incluem a análise, o mapeamento dos resultados e a definição de estratégias de intervenção, pois pretende uma avaliação em que os aspectos qualitativos sejam observados com relevância.

“A avaliação, se for bem feita, deve nos apontar onde está o problema (dificuldade, limite, necessidade). O que desejamos é que através da avaliação possamos romper as camadas que tornam opacas, obscuras, a real problemática que vivemos na educação; que possamos ver além das aparências, das justificativas ideológicas, dos mascaramentos, e dos desvios da atenção” (VASCONCELLOS, 2009, p. 177).

Os instrumentos de avaliação são discutidos, de modo que a observação direta e contínua permeie a avaliação do professor em relação ao aluno, em conformidade com o Art. 24, Inciso V da LDB (1996), que reza uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos

qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola utiliza procedimentos, recursos e instrumentos diversos, tais como trabalhos diversificados e orientados pelo professor, avaliações dissertativas, avaliações objetivas, questões dissertativas, exercícios variados, produções textuais, teatro, debates, trabalhos em grupo e individuais, entrevistas, questionários, observação do desempenho do aluno, autoavaliação, portfólio, etc. Esses métodos avaliativos revelam o esforço conjunto entre os docentes e equipe gestora para oferecer um ensino de qualidade.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as observações, as fichas descritivas e as atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo das etapas, são registradas no diário de classe dos professores. Nos anos finais a pontuação é disposta em 25 (vinte e cinco) pontos em cada uma das quatro etapas letivas, totalizando 100 (cem) pontos, registrados também no diário de classe.

Além disso, monitorias, estudos contínuos e periódicos de recuperação, reagrupamentos de alunos, indicação de profissionais para apoio aos alunos que requerem atendimento diferenciado e assistência direta na sala de aula ou extraclasse, individualmente ou em grupos, são algumas das ações que visam otimizar as situações de aprendizagem.

Vale destacar a participação da escola nas avaliações externas em larga escala, por meio de testes padronizados, dentre as quais as do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE que envolve o PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, que tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicado nos alunos de 5º e 9º ano; e o PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização que verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Além do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), Provinha Brasil para 2º e 3º anos, Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática para turmas de 5º e 9º ano, fornecendo indicadores importantes para a escola e promovendo a responsabilização coletiva.

Anualmente, a direção, o corpo docente e os especialistas se reúnem para analisar os resultados das avaliações internas e externas, e elaborar o PIP

(Programa de Intervenção Pedagógica) com a intenção de aprofundar a compreensão e apropriação dos resultados das avaliações para a definição de estratégias destinadas a melhoria do desempenho dos alunos e da prática pedagógica na escola. Dentre as estratégias do PIP para melhoria dos resultados e da aprendizagem dos alunos, podemos citar: análise e apropriação dos resultados das avaliações externas pela equipe escolar; aplicação de avaliações diagnósticas nos alunos do 1º ao 5º ano com mapeamento dos resultados, reforço escolar, planejamento da intervenção pedagógica; projeto de alfabetização; projetos de incentivo ao hábito de leitura; aquisição de recursos pedagógicos; participação das famílias nos eventos e reuniões.

As avaliações permitem verificar a dimensão da produção do conhecimento e a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca da adequação necessária às características e necessidades dos alunos. Atentos à inclusão do aluno, as avaliações são redimensionadas a partir das discussões efetuadas durante reuniões pedagógicas, de acordo com os registros de acompanhamento dos alunos no processo de construção do conhecimento e suas características individuais.

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si só, é um ato amoroso” (LUCKESI, 2002, p. 180).

Em relação à promoção, a progressão continuada dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Ao final de cada ano, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos são integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe, é considerado aprovado o aluno de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental com aproveitamento final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão.

Ao aluno em progressão parcial deverão ser assegurados os estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso.

Quanto à retenção de alunos, poderá ficar retido, após o ano, o aluno do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio com média final inferior a 60 (sessenta) pontos em quatro ou mais conteúdos, incluindo-se nesse cômputo, as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial, depois de esgotadas todas as estratégias de recuperação previstas pela escola em sua Proposta Político Pedagógica e após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe.

Também poderá ser retido o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão, depois de oferecidas as estratégias de estudos de recuperação.

Os alunos com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), porém com desempenho satisfatório, devem ser submetidos ao processo de reclassificação, cabendo à comissão de avaliação, a execução e registro desse processo em livro próprio.

A Escola poderá proceder a classificação do aluno para posicioná-lo no ano por transferência de outras escolas situadas no país ou no exterior; por promoção na própria escola e avaliação independente da escolarização anterior. A classificação tem o objetivo de ajustar o aluno de acordo com suas experiências e nível de desempenho.

A Escola procederá a reclassificação do aluno para adaptá-lo e/ou reposicioná-lo no ano, de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, no sentido de reforçar a autoestima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola. A reclassificação pode ser feita quando ocorrer por avanço, aceleração, transferência,

indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino e déficit de frequência.

Somente o aluno que no final do ano letivo obtiver aproveitamento satisfatório em todas as disciplinas poderá ser submetido à reclassificação por frequência, sendo avaliado em todas as disciplinas que constam da matriz curricular.

A decisão de reclassificação deve decorrer da manifestação de uma comissão presidida pela Direção da Escola e que tenha representantes docentes do curso ou nível no qual o aluno deva ser reclassificado. Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são arquivados na escola.

Em suma, a E.E. José Bonifácio, valida sua prática pedagógica, avaliando, investigando e propondo intervenções eficazes, tendo em vista a melhor educação para todos.

“É a prática pedagógica que é bem sucedida, não a avaliação em si e por si. A avaliação, como investigação da qualidade da realidade (diagnóstico), simplesmente é a parceira que nos revela a qualidade dos resultados de nossa ação” (LUCKESI, 2014).

7.2. Avaliação Institucional

A avaliação da instituição deve ser feita pela comunidade à qual está inserida, coletando e refletindo sobre dados qualitativos e quantitativos que abrangem a estrutura e clima organizacional, gestão, PPP, rendimento escolar, alunos, professores, recursos físicos, materiais e informacionais, ações desenvolvidas e desempenho dos profissionais, visando a tomada de decisão e à qualidade da instituição e da educação por ela oferecida.

Nesse sentido, o Colegiado Escolar é consultado periodicamente sobre as questões de ordem financeira, pedagógica e administrativa, refletindo e avaliando todas as dimensões do processo educativo, propondo melhorias.

Bimestralmente ocorrem reuniões em que os pais são informados sobre os resultados da escola, o desempenho dos alunos, refletindo e sugerindo estratégias para o sucesso escolar dos alunos. Anualmente acontece o “Dia D – Toda a Comunidade participando” no qual a comunidade escolar é informada sobre os resultados das avaliações externas e construção do Plano de Intervenção Pedagógica.

A escola também realiza bimestralmente as reuniões de Conselho de Classe/Ciclo para discutir e analisar os resultados, fatores internos e externos que interferem na aprendizagem do aluno e descobrir alternativas que possam sanar dificuldades. Os pais são chamados para discutir ações e práticas escolares, o andamento e aproveitamento de cada aluno, num momento de trocas de experiências, vivências e apresentação das atividades do período.

Os alunos também participam da avaliação institucional por meio de entrevistas e questionários, suas opiniões são levadas em conta no processo tomada de decisão.

Anualmente os servidores efetivos são submetidos ao processo de avaliação de desempenho individual, de acordo com a legislação estadual, envolvendo os critérios de desenvolvimento profissional, relacionamento interpessoal, compromissos profissional e institucional e habilidades técnicas e profissionais, metas e ações para o período.

A avaliação institucional ocorre periodicamente pelos servidores, destacando pontos fortes, fragilidades, desafios, metas, compromissos e responsabilização. Dentre os aspectos abordados podemos citar: a aprendizagem do aluno, sua individualidade e ritmo; relações com a comunidade, desenvolvimento de um trabalho conjunto e integrado, parcerias com outros setores e outras instituições; elaboração e implementação de projetos; desempenho profissional: motivação, eficiência e qualidade do trabalho; desempenho administrativo: seriedade, compromisso, qualidade, gestão democrática e participativa, transparência; alimentação oferecida, levando-se em consideração o valor nutricional e a satisfação das crianças em suas necessidades; acesso, permanência e o percurso escolar do aluno; outros aspectos julgados oportunos, ao longo do ano.

Assim, podemos dizer que a avaliação institucional contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida, na medida em favorece o aprimoramento profissional, o trabalho coletivo, o desenvolvimento institucional, sua eficácia e efetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio, nos faz levantar indagações sobre a importância que o Projeto Político Pedagógico assume enquanto instrumento essencial na mediação entre os objetivos que a escola deseja alcançar e a realidade atendida, ou seja, as reais necessidades dos alunos, perpassando por questões como: envolvimento dos diversos segmentos da escola de forma efetiva, políticas públicas educacionais e direitos educacionais.

Fica evidente, através do trabalho realizado que uma escola que pretende educar para a contemporaneidade, para as novas demandas da sociedade, precisa modificar e transformar o tempo todo, trazendo para o processo educativo a relação de interação com o diferente de forma a criar um processo de gestão democrática, no qual todos podem participar.

O presente Projeto Político Pedagógico, que ora foi desenvolvido e apresentado, é coerente com a realidade discutida na medida em que propõe práticas pedagógicas e políticas diversificadas, evidenciando as relações, contextos e propostas.

Contudo, percebe-se, através de sua construção que há uma grande necessidade de melhoria nas questões relacionadas ao envolvimento da família na escola, que por vezes somente comparecem quando convocadas, além da real necessidade de criar práticas que promovam uma maior autonomia dos alunos. A escola precisa aprender a "ouvir" mais os alunos, pois muitas decisões que são referentes a eles acabam sendo tomadas nas reuniões pedagógicas, somente pelo corpo docente, ou então diretamente pela equipe gestora. Além de questões que precisam ser reforçadas como: a formação continuada dos professores, o processo de Ensino e Avaliação, o que evidencia que há necessidade de uma intervenção na relação da gestão democrática e participação do aluno, pois embora o processo de participação já tenha começado a existir na escola, ainda há um longo caminho a se percorrer. É necessário um fortalecimento das relações pessoais, da formação continuada em serviço, dos aspectos motivacionais do corpo docente, que em virtude de políticas educacionais, sentem-se desvalorizados.

Outra questão que merece ser suscitada é a avaliação e os resultados educacionais, ensinar, aprender e avaliar são processos indissociáveis. Percebe-se

que há uma preocupação da E.E. José Bonifácio em oferecer uma educação de qualidade, que os resultados são satisfatórios e que as metas são perseguidas.

No entanto, o que se percebe de maneira geral é que as escolas estão mais focadas nos resultados de testes padronizados e na concepção das avaliações externas, do que no processo de aprendizagem, na prática da avaliação diagnóstica e emancipatória, do que voltadas para o desempenho escolar e para o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica. Há uma pressão política e social por notas mais altas que se confunde com qualidade, cobrando da escola que melhore suas médias nas avaliações externas sem levar em conta os intervenientes e a garantia dos insumos necessários e as demais dimensões como o ambiente educacional, sua prática pedagógica, as expectativas de aprendizagem, a autoavaliação, a gestão escolar, a organização do trabalho, a formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, sua infraestrutura, o sucesso e permanência do aluno.

Há que se vislumbrar uma perspectiva de avaliação mais equilibrada entre as avaliações internas, aquelas que verdadeiramente podem ajudar os alunos a aprender, e as avaliações externas e seus indicadores. Um ensino de qualidade deve priorizar formas eficazes de se proceder à avaliação do processo escolar que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o processo escolar como um todo.

Embora as questões levantadas se configurem como grandes desafios é possível afirmar que através da reestruturação do Projeto Político Pedagógico e sua implementação na prática, podem-se alcançar bons resultados e uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALTHUSSER L Freud e Lacan, Marx e Freud. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2001.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em 13 de jul. 2014.

CURY, C. R. J. **O direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20\(1\).pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20(1).pdf). Acesso em: 13 jul. 2014.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. Salto para o Futuro: **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem, compreensão e conhecimento**. Disponível em: <http://luckesi.blog.terra.com.br/>. Acesso em: 30. Jul. 2014.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. - 13 ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad – Câmara Brasileira do Livro – SP, 2009.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SEE/MG, **Projeto Estratégico em Tempo Integral – 2013**. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral\(1\).pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral(1).pdf). Acesso em: 28.Ago.2014.

ANEXO I – Calendário Escolar

| CALENDÁRIO ESCOLAR 2014 – E.E. JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|----|----|----|----|----|----|--------------------|----|----|----|----|----|----|----------------|----|----|----|----|----|----|----------------|----|----|----|----|----|----|
| JANEIRO | | | | | | | FEVEREIRO - 20dias | | | | | | | MARÇO - 18dias | | | | | | | ABRIL - 20dias | | | | | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 27 | 28 | 29 | 30 | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | 30 | 31 | | | | | | | | | | | | |

| MAIO - 21dias | | | | | | | JUNHO - 9dias | | | | | | | JULHO - 14dias | | | | | | | AGOSTO - 21dias | | | | | | |
|---------------|----|----|----|----|----|----|---------------|----|----|----|----|----|----|----------------|----|----|----|----|----|----|-----------------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | 1 | 2 | 3 | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | 1 | 2 |
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 29 | 30 | | | | | | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 31 | | | | | | |

| SETEMBRO - 23dias | | | | | | | OUTUBRO - 19dias | | | | | | | NOVEMBRO - 20dias | | | | | | | DEZEMBRO - 15dias | | | | | | |
|-------------------|----|----|----|----|----|----|------------------|----|----|----|----|----|----|-------------------|----|----|----|----|----|----|-------------------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | | | | | | | 1 | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | | | | | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | 30 | | | | | | | | | | | | | |

Férias escolares: janeiro
 Início do ano letivo: 03de fevereiro
 Término do ano letivo: 19 de dezembro
 02(dois) dias escolares: 22 e 23de dezembro

Sábado letivo Recessos Escolares Comuns:
 03e05demarço(*recesso Carnaval*)
 17de abril(*recesso Paixão de Cristo*)
 02 de maio (*recessodia do Trabalho*)
 12 ,13, 16a18, 20,23 a 27 e 30 de junho, 01 a 04 e 07 a 11 de julho(*recesso junho e julho*)
 13, 14, 15, 16 e 17 de outubro
 24, 26,29 a 31de dezembro(*recesso final de ano*)

Feriados e Dias Santos
 01de janeiro (*Confraternização Universal*)
 04demarço(*Carnaval*)
 18de abril (*Paixão de Cristo*)
 21de abril (*Tiradentes*)
 01de maio (*Dia do Trabalho*)
 19de junho (*Corpus Christi*)
 07desetembro (*Independência do Brasil*)
 12de outubro(*Nossa Sra. Aparecida*)
 02de novembro (*Finados*)
 15de novembro (*Proclamação da República*)
 25de dezembro(*Natal*)